tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 7.000\$, que é adicionada aos 50 por cento a que se refere o decreto-lei n.º 25:299, da verba inscrita na alínea a) do n.º 1) do artigo 13.º, capítulo 2.º, do orçamento respeitante ao ano económico de 1934-1935 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 7.000\$ nos 50 por cento, a que se refere o citado decreto-lei n.º 25:299, da verba inscrita no n.º 1) do artigo 15.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico de 1934-1935.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Junior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Em cumprimento do disposto no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, e para os devidos efeitos se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Finanças de 30 do corrente, foi autorizada, ao abrigo do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 500\$ dos 50 por cento, a que se refere o decreto n.º 25:299, da verba de 22.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 283.º, capítulo 15.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1934-1935, para reforço dos 50 por cento, a que se refere o mesmo decreto n.º 25:299, da verba de 46.000\$ inscrita no n.º 3) dos mesmos artigo, capítulo e orçamento.

2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 30 de Janeiro de 1936.— O Chefe da Repartição, *Oliveira e Silva*.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto n.º 26:323

Tendo-se suscitado dúvidas na interpretação da tabela de emolumentos aduaneiros anexa ao decreto n.º 26:168, de 31 de Dezembro de 1935, e convindo modificar algumas das disposições dessa tabela;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A cobrança das taxas devidas a título de emolumentos aduaneiros e a sua distribuição pelos funcionários do serviço interno das alfândegas efectuar-se-ão de harmonia com a tabela que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2.º Nas áreas das Alfândegas do Funchal e Horta serão cobradas pelo dôbro as taxas dos artigos 4.º e 5.º da tabela de emolumentos anexa a este decreto.

Art. 3.º A referida tabela substitue as anteriormente publicadas e as modificações nelas introduzidas.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar.

Tabela de emolumentos

Emolumentos que se devem cobrar nas alfândegas pelos serviços abaixo designados

Artigo 1.º

Por todo o expediente relativo a cada navio de comércio costeiro	10\$00
Por todo o expediente relativo a cada navio do alto mar	25\$00

Artigo 2.º

Por cada empregado do serviço interno que efectuar fechos a bordo de navios a vapor ou motor:	
Por cada dia ou fracção	25\$00
Por cada noite ou fracção	50\$00

Pelos mesmos serviços prestados a bordo de navios à vela cobrar-se-á metade das taxas acima.

(Em domingos e dias feriadas, o dôbro das taxas indicadas neste artigo).

Artigo 3.º

Por cada empregado do serviço interno que assistir aos naufrágios ou outro sinistro marítimo, por cada dia ou fracção	80\$00
---	--------

Artigo 4.º

Reverificações, verificações, assistência a serviços de baldeação e conferência de volumes em reexportação, transferência e trânsito, a requerimento de partes:

A) Dentro das casas de despacho, antes ou depois das horas do expediente ordinário:	
Cada reverificação	10\$00
Cada verificação ou outro serviço:	
Pela primeira hora de serviço efectivo	15\$00
Cada hora de serviço efectivo além da primeira ou fracção superior a 15 minutos	6\$00

B) À saída dos depósitos gerais:

Aeronaves e veículos automóveis (vide alínea H).	
Locomóveis e tractores, por cada um:	
Cada reverificação, verificação ou outro serviço	10\$00

Madeira (vide alínea I).

Maquinismos compreendidos nos artigos 656 a 660, 682 a 686 e 689 da pauta de importação (vide alínea J).

Mercadorias não especificadas:

Cada reverificação	5\$00
Cada verificação ou outro serviço	7\$00

(Quando as mercadorias forem transportadas em vagões contar-se-á uma reverificação e uma verificação por cada vagão. Para as mercadorias transportadas noutros veículos contar-se-á uma reverificação e uma verificação pelo primeiro veículo e 50 por cento das taxas por cada veículo a mais, que sair na mesma ocasião, quando não se tratar de mercadorias de natureza homogênea).

<p>C) Nos estabelecimentos comerciais, compreendendo os respectivos armazéns em regime livre, ou nos domicílios dos interessados:</p> <p>Dentro da área da localidade onde funciona a casa de despacho:</p> <p>Bagagens:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 50\$00</p> <p>Chapas de vidro:</p> <p>Cada reverificação ou verificação:</p> <p>Pela primeira caixa 12\$00</p> <p>Cada caixa a mais 8\$00</p> <p>Outras mercadorias, com excepção dos maquinismos compreendidos na alínea J.</p> <p>Cada reverificação 25\$00</p> <p>Cada verificação ou outro serviço:</p> <p>Pela primeira hora de serviço efectivo 25\$00</p> <p>Cada hora de serviço efectivo além da primeira ou fracção superior a quinze minutos. 10\$00</p> <p>Fora dessa área:</p> <p>O dôbro das taxas indicadas nesta alínea.</p> <p>D) Nos outros lugares:</p> <p>Dentro do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho:</p> <p>Cada reverificação 8\$00</p> <p>Cada verificação ou outro serviço:</p> <p>Pela primeira hora de serviço efectivo 12\$00</p> <p>Cada hora de serviço efectivo além da primeira ou fracção superior a quinze minutos 6\$00</p> <p>Fora do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho e até 40 quilómetros:</p> <p>Cada reverificação 16\$00</p> <p>Cada verificação ou outro serviço:</p> <p>Pela primeira hora de serviço efectivo 24\$00</p> <p>Cada hora de serviço efectivo além da primeira ou fracção superior a quinze minutos. 12\$00</p> <p>A mais de 40 quilómetros do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho, por cada dia de serviço ou fracção:</p> <p>Cada reverificação, verificação ou outro serviço 100\$00</p> <p>E) Medição de tanques com óleos ou essências minerais, por cada um:</p> <p>Dentro da área da localidade onde funciona a casa de despacho:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 30\$00</p> <p>Fora dessa área:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 40\$00</p> <p>F) Medição de navios-tanques com óleos ou essências minerais, qualquer que seja o seu fundeadouro, por cada um:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 60\$00</p> <p>G) Embarcações:</p> <p>De menos de 100 toneladas, por cada uma:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 20\$00</p> <p>De 100 ou mais toneladas, por cada uma:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 50\$00</p> <p>H) Aeronaves e veículos automóveis mencionados na secção 2.ª da classe 5.ª da pauta de importação, com excepção dos motocicletos, por cada um:</p> <p>Cada reverificação ou verificação 15\$00</p> <p>(Esta taxa abrange a pesagem dos veículos, acessórios e ferramentas e mais actos inerentes à sua desalfandegação).</p>	<p>I) Verificação e reverificação de madeira, quando tributada por volume:</p> <p>O emolumento correspondente ao serviço de reverificação e verificação e mais 1\$ por cada metro cúbico e por cada empregado.</p> <p>J) Maquinismos compreendidos nos artigos 656 a 660, 682 a 636 e 639 da pauta de importação:</p> <p>Dentro da área da localidade onde funciona a casa de despacho:</p> <p>Cada reverificação ou verificação:</p> <p>Pelo primeiro volume 10\$00</p> <p>Por cada volume a mais 5\$00</p> <p>Fora dessa área, o dôbro destas taxas.</p> <p>Quando o serviço fôr efectuado a mais de 40 quilómetros do perímetro da localidade, as taxas a cobrar por cada funcionário da reverificação ou da verificação não poderão ser inferiores a 100\$ por dia.</p> <p>(Quando o serviço fôr efectuado em fragatas ou barcas contar-se-á uma reverificação e uma verificação por cada fragata quando se não trate de mercadoria homogênea. Quando fôr efectuado em navios ancorados ao largo cobrar-se-á o dôbro destas taxas. Em domingos, dias feriados ou noites de quaisquer dias, o dôbro das taxas indicadas neste artigo).</p> <p>Artigo 5.º</p> <p>Outros serviços a requerimento de partes:</p> <p>A) Vistorias para reconhecer da inavigabilidade das embarcações, cada uma 100\$00</p> <p>B) Outras vistorias, cada uma 20\$00</p> <p>C) Desnaturações e inutilizações de géneros alimentícios, lotações e corações de quaisquer óleos:</p> <p>Dentro do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho:</p> <p>Pela assistência de cada funcionário:</p> <p>Pela primeira hora de serviço efectivo 15\$00</p> <p>Cada hora de serviço efectivo ou fracção além da primeira 5\$00</p> <p>Fora do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho e até 40 quilómetros, o dôbro das taxas acima citadas.</p> <p>A mais de 40 quilómetros do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho, por cada dia de serviço ou fracção e a cada funcionário 100\$00</p> <p>D) Extracção de amostras e tomada de confrontações, pela assistência de cada funcionário:</p> <p>À saída dos depósitos gerais 7\$00</p> <p>Noutros locais:</p> <p>Dentro do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho 12\$00</p> <p>Fora do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho e até 40 quilómetros 24\$00</p> <p>A mais de 40 quilómetros do perímetro da localidade onde funciona a casa de despacho, por cada dia de serviço ou fracção. 100\$00</p> <p>(No caso de importação temporária de taras, a cobrança de emolumentos por tomada de confrontações só é devida quando se trate de taras acondicionando quaisquer mercadorias).</p> <p>E) Contagem e recebimento das importâncias referentes a bilhetes de despacho ou a outros documentos e saída de mercadorias nos serviços efectuados dentro das casas de despacho, antes ou depois das horas de expediente ordinário:</p> <p>Por cada um dos serviços 6\$00</p> <p>Assistência dos chefes das respectivas casas de despacho aos referidos serviços, cada uma 10\$00</p> <p>F) Registo e exame de confrontação dos veículos mencionados no decreto n.º 26-080, de 22 de Novembro de 1935, e processamento da respectiva documentação, antes ou depois das horas de expediente ordinário:</p> <p>Por cada veículo. 12\$00</p>
---	--

G) Exames prévios:		De 100\$01 a 500\$	1\$00
Dentro das casas de despacho, antes ou depois das horas do expediente ordinário:		De 500\$01 a 1.000\$	2\$00
		Acima de 1.000\$	4\$00
Por cada serviço	10\$00		
Em outros locais, a qualquer hora durante o dia	20\$00		
H) Outros serviços não especificados efectuados além das horas do expediente ordinário ou fora dos lugares de despacho, por cada meio dia ou fracção	20\$00		
I) Pela conferência final dos bilhetes de despacho em que se apurarem diferenças contra o Estado:			
Diferenças de 5\$ a 50\$	1\$00		
Diferenças de 50\$01 a 100\$	2\$50		
Diferenças de 100\$01 a 500\$	5\$00		
Diferenças de 500\$01 a 1.000\$	10\$00		
Por cada 1.000\$ a mais ou fracção	10\$00		
(Em domingos, dias feriados ou noites de quaisquer dias, o dôbro das taxas indicadas neste artigo).			
	Artigo 6.º		
Alvarás de nomeação:			
De despachante	60\$00		
De ajudante de despachante	25\$00		
	Artigo 7.º		
Pelas certidões, além da rasa	4\$00		
(As certidões e traslados de mapas, manifestos, bilhetes e guias ou contas por algarismos serão passados da mesma forma em que o estiverem no original, declarando-se somente, a final, o resultado por extenso, excepto quando as partes pedirem por escrito que a certidão e traslado sejam por extenso. Consideram-se completas para o efeito da rasa as linhas em que entrarem algarismos).			
	Artigo 8.º		
Pela rasa contada nas certidões, cada lauda com vinte e cinco regras e cada regra com trinta letras	1\$50		
Certidões-narrativas e as certidões por cópia, sendo esta de documento em língua estrangeira, a rasa contada do mesmo modo	3\$00		
	Artigo 9.º		
Pelo bilhete de despacho de importação de mercadorias que paguem direitos (incluindo quaisquer sobretaxas), importância correspondente a moeda corrente:			
Até 50\$	\$20		
De 50\$01 a 100\$	1\$00		
De 100\$01 a 200\$	2\$00		
De 200\$01 a 300\$	3\$00		
De 300\$01 a 500\$	5\$00		
De 500\$01 a 1.000\$	8\$00		
Acima de 1.000\$, 5\$ por cada 1.000\$ ou fracção.			
	Artigo 10.º		
Pelo bilhete de despacho de importação de mercadorias que não paguem direitos por qualquer motivo:			
De valor até 50\$	\$20		
De 50\$01 a 100\$	1\$00		
De 100\$01 a 200\$	2\$00		
De 200\$01 a 300\$	3\$00		
De 300\$01 a 500\$	5\$00		
De 500\$01 a 1.000\$	8\$00		
Acima de 1.000\$, 3\$ por cada 1.000\$ ou fracção.			
	Artigo 11.º		
Pelo bilhete de despacho de cabotagem, transferência, reexportação, baldeação ou trânsito de mercadorias:			
De valor até 50\$	\$10		
De 50\$01 a 100\$	\$50		
De 100\$01 a 200\$	1\$00		
De 200\$01 a 300\$	1\$50		
De 300\$01 a 500\$	2\$50		
De 500\$01 a 1.000\$	3\$00		
Acima de 1.000\$, 1\$ por cada 1.000\$ ou fracção.			
	Artigo 12.º		
Pelo bilhete de despacho de exportação de mercadorias que paguem direitos (incluindo quaisquer sobretaxas):			
Até 50\$.	\$10		
De 50\$01 a 100\$.	\$50		
De 100\$01 a 200\$.	1\$00		
De 200\$01 a 300\$.	1\$50		
De 300\$01 a 500\$.	2\$50		
De 500\$01 a 1.000\$.	3\$00		
Acima de 1.000\$, 1\$ por cada 1.000\$ ou fracção.			
	Artigo 13.º		
Pelo bilhete de despacho de exportação de mercadorias que não paguem direitos por qualquer motivo:			
De valor até 50\$	\$30		
De 50\$01 a 500\$	1\$00		
De 500\$01 a 1.000\$	2\$00		
Acima de 1.000\$	4\$00		
	Artigo 14.º		
Pelos termos de caução ou fiança de direitos:			
Até 50\$ de direitos	1\$00		
De 50\$01 a 500\$	2\$00		
Acima de 500\$	5\$00		
Renovação de termo de fiança por qualquer motivo, o emolumento devido acrescido de 50 por cento.			
Pelos termos de qualquer outra natureza	3\$00		
	Artigo 15.º		
Verbas de baixa em quaisquer termos	1\$50		
	Artigo 16.º		
Pelas guias de géneros afañados aos direitos ou por quaisquer outras guias de trânsito interior ou de circulação	1\$00		
	Artigo 17.º		
Registo de cadernetas de automóveis	20\$00		
Registo de cadernetas de motocicletas	10\$00		
Registo de cadernetas de tricicletas ou bicicletas	4\$00		
Por cada licença de importação temporária para os veículos mencionados no decreto n.º 26:080, de 22 de Novembro de 1935:			
Automóveis pesados, por trinta dias	100\$00		
Automóveis ligeiros:			
Por trinta dias	50\$00		
Por sessenta dias	75\$00		
Motociclos de duas ou três rodas:			
Por trinta dias	20\$00		
Por sessenta dias	30\$00		
Por cada licença de exportação temporária dos mesmos veículos:			
Automóveis pesados	200\$00		
Automóveis ligeiros	100\$00		
Motociclos de duas ou três rodas	50\$00		
Por cada livrete de passagem nas alfândegas mencionado no mesmo decreto	50\$00		
Por cada prorrogação dos prazos mencionados no mesmo decreto	30\$00		
	Artigo 18.º		
Pelos bilhetes de despacho a que se referem os artigos 9.º e 10.º da presente tabela, e além dos emolumentos nêles fixados, sobre o valor das respectivas mercadorias, 2 por milhar, não se cobrando menos de \$50.			
Pelos bilhetes de despacho a que se referem os artigos 11.º (com excepção dos de trânsito), 12.º e 13.º, e além dos emolumentos nêles fixados, sobre o valor das respectivas mercadorias, 1 por milhar, não se cobrando menos de \$10.			
	Observações		
1.ª Os emolumentos a que se refere o artigo 1.º não se devem cobrar das embarcações que não façam operação alguma comercial, não se considerando operação comercial o alívio do navio, fora da barra, para que possa entrar no ancoradouro, logo que todos os volumes constem do mesmo manifesto, e, na inversa, o estado de alívio para a saída da barra, fazendo-se fora dela o complemento da carga.			
2.ª Também não se devem cobrar os emolumentos a que alude o artigo 1.º das embarcações que estiverem compreendidas no benefício da lei de 2 de Maio de 1885, com relação às ilhas adjacentes.			

3.ª Os despachos de géneros nacionais e os de mercadorias pertencentes ao Estado estão sujeitos, como os demais, aos emolumentos fixados na presente tabela.

4.ª Aos empregados é expressamente proibido receber os emolumentos da mão das partes, devendo só tirar contas e entregá-las por intermédio do respectivo chefe aos tesoureiros, para que estes façam a cobrança.

5.ª Nos serviços efectuados dentro do perímetro da cidade de Lisboa, abrangendo a área compreendida entre Algés, Bemfica, Lumiar e Poço do Bispo, terão os funcionários direito a um subsídio de deslocação de 5\$ sempre que o serviço seja prestado a mais de 500 metros das respectivas casas fiscaes, ficando a seu cargo as despesas de transporte.

Nos locais habituais de despacho na margem sul do Tejo os subsídios de deslocação serão cobrados conforme as zonas seguintes:

1.ª zona — abrangendo os locais situados em Alcochete, Montijo, Moita, Alhos Vedros e Esteiro Furado	34\$00
2.ª zona — Barreiro, abrangendo os locais que vão desde o cais da Companhia União Fabril até Vale do Zebro e Azinbeira.	20\$00
3.ª zona — abrangendo os locais situados no Seixal e Arrentela	15\$00
4.ª zona — abrangendo os locais situados no Alfeite e na Amora	25\$00
5.ª zona — abrangendo os locais situados em Cacilhas, Ginjal, Caramujo e Cova da Piedade	10\$00
6.ª zona — Fonte da Pipa, Olho de Boi, Arealva e Portinho da Arrábida	15\$00
7.ª zona — Banática, Pôrto Brandão e Trafaria	18\$00

Pelos serviços efectuados na área da Alfândega do Pôrto terão os funcionários direito a um subsídio de deslocação cobrado conforme as zonas seguintes:

1.ª zona — margem direita do Douro, desde Guindais ao Ouro	2\$00
2.ª zona — desde os Guindais ao Esteiro de Campanhã	10\$00
3.ª zona — margem esquerda do Douro, desde a Ponte de D. Luiz ao Cavaco	10\$00
4.ª zona — abrangendo a área da cidade compreendida dentro da linha de circunvalação e a mais de 500 metros da casa de despacho, excluindo as zonas anteriores.	5\$00

Em Leixões o subsídio de deslocação será:

- 1.ª zona — molhe norte, como na margem direita do Douro.
- 2.ª zona — molhe sul, como na margem esquerda do Douro.

Fora das áreas ou zonas demarcadas para as Alfândegas de Lisboa e Pôrto, e em qualquer percurso nas outras localidades, os transportes serão pagos pelos interessados conforme as tarifas ferroviárias, se o transporte for efectuado em caminho de ferro, onde os funcionários devem viajar nas classes correspondentes às suas categorias, pelos preços correntes, se for feito pela via fluvial, e a 1\$80 por quilómetro ou fracção, se for feito por via ordinária.

Se a distância das estações dos caminhos de ferro ao local onde se efectuar o despacho for superior a 500 metros, a percorrer pela via ordinária ou fluvial, as despesas de transporte ferroviário serão acrescidas, para cada funcionário, do subsídio de deslocação de 1\$80 por quilómetro ou fracção, quando o percurso for pela via ordinária, e da importância despendida com o transporte em barco, conforme os preços correntes, se o percurso for efectuado pela via fluvial.

Não serão devidos quaisquer transportes ou subsídios de deslocação quando as partes puserem à disposição dos funcionários os necessários meios de transporte.

Quando os serviços permanentes forem prestados fora da casa de despacho até 40 quilómetros do perímetro da localidade em que estiver situada e tiverem duração superior a quatro e até oito horas dão direito a uma ajuda de custo de 15\$, e se durarem mais de oito até doze horas, a ajuda de custo será de 30\$, e se durarem mais de doze horas até vinte e quatro, a ajuda de custo será de 40\$.

Os serviços não permanentes prestados de 20 até 40 quilómetros do perímetro da localidade em que estiver situada a respectiva casa fiscal dão direito a uma ajuda de custo de 15\$. Se forem prestados a mais de 40 quilómetros a ajuda de custo será de 40\$, quer se trate de serviço permanente ou não.

Para efeito do abono da ajuda de custo nos serviços permanentes contar-se-á o tempo, em cada dia, desde a chegada ao local onde se efectua o serviço até à sua terminação.

Quando por culpa dos próprios interessados, e não obstante a comparência dos funcionários incumbidos de desempenhar os serviços a que se referem os artigos 4.º e 5.º desta tabela, estes não possam ser executados, cobrar-se-á metade do emolumento que for

devido, bem como, por inteiro, os respectivos transportes, ajudas de custo e subsídios de deslocação.

6.ª As despesas de transporte, os subsídios de deslocação e as ajudas de custo serão recebidos por inteiro pelos empregados que efectuarem os serviços, e por intermédio dos tesoureiros das alfândegas.

7.ª Quando os serviços relativos a uma verificação sejam desempenhados em mais de um ponto, computar-se-ão como verificações diversas, excepto no caso da alínea H) do artigo 4.º, cuja taxa compreende todos os actos inerentes à desalfandegação das aeronaves e veículos designados nessa alínea.

8.ª Para efeito da cobrança dos emolumentos a que se refere o artigo 4.º, uma verificação ou reverificação pode compreender mais de um bilhete de despacho referente à mesma mercadoria, contanto que os serviços sejam prestados num só local, na mesma ocasião ou sucessivamente, que a mercadoria pertença toda ao mesmo dono, que os despachos sejam de igual natureza e solicitados pelo mesmo despachante, exceptuando-se os casos em que as taxas da tabela se devam cobrar por cada unidade.

9.ª Os emolumentos fixados nos artigos 2.º e 3.º pertencem integralmente aos empregados que prestarem os respectivos serviços e os dos artigos 4.º e 5.º pertencem metade aos empregados e metade ao Estado.

10.ª Os emolumentos fixados no artigo 4.º não são devidos pela verificação ou reverificação, nas casas fiscaes da fronteira, de mercadorias de deterioração rápida, tais como peixe, aves, flores naturais, géneros alimentícios, etc., quando transportadas por caminho de ferro.

11.ª Os emolumentos a que se refere o artigo 4.º não são devidos, nas casas fiscaes da fronteira, pelo serviço de conferência do trânsito ou transferência de mercadorias quando esse serviço seja realizado de sol a sol.

12.ª Os emolumentos indicados nos artigos 9.º e 12.º são os aplicáveis aos bilhetes de despacho em que simultaneamente se mencionem mercadorias que paguem direitos e outras que os não paguem, devendo em tais despachos cobrar-se unicamente o emolumento correspondente às mercadorias que paguem direitos.

13.ª O emolumento fixado no artigo 16.º não é aplicável aos passes de acompanhamento processados nos postos fiscaes para pequenas quantidades de mercadorias nacionais que se destinem a povoações situadas entre a linha da fronteira e a dos referidos postos.

14.ª Os emolumentos da alínea I) do artigo 5.º revertem integralmente a favor dos empregados que tiverem encontrado as diferenças.

15.ª Os serviços a requerimento de partes, dentro das casas fiscaes, antes ou depois do expediente ordinário, têm sempre reverificação obrigatória, a qual se fará igualmente fora das horas regulamentares.

16.ª Só podem ser verificadas à saída dos depósitos gerais as mercadorias de fácil verificação, não podendo cada despacho conter mais de um artigo pautal, além dos referentes às taxas que tenham de ser classificadas por artigos diferentes da mercadoria, salvo casos excepcionais com autorização do chefe dos serviços de despacho.

Ministério das Finanças, 30 de Janeiro de 1936. — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

Decreto n.º 26:324

Tendo-se suscitado dúvidas na interpretação da tabela das taxas de tráfego anexa ao decreto n.º 26:167, de 31 de Dezembro de 1935, e convindo modificar algumas das disposições da mesma tabela;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A cobrança das taxas devidas por serviços prestados pelo pessoal do tráfego das alfândegas e a sua distribuição por esse pessoal efectuar-se-ão de harmonia com a tabela que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2.º Nas áreas das Alfândegas do Funchal e Horta serão cobradas em dobro as taxas da tabela anexa a este decreto.

Art. 3.º A referida tabela substitue as anteriormente publicadas e as modificações nelas introduzidas.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.